

Informe à Diretoria da ANPUR

1. Realizou-se em 04/05/2021 reunião virtual da Comissão Permanente do Direito à Cidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Por indicação da presidência da ANPUR participei da reunião representando-a.
2. A Comissão, por deliberação da reunião anterior, convidou dois especialistas de políticas urbanas setoriais: um da área de Mobilidade Urbana e outro da área de Saneamento, para uma apresentação e discussão do estado da política pública setorial e sua interface e desafios atuais ao Direito à Cidade.
3. No tema da Mobilidade Urbana foi convidado o arquiteto Nazareno Affonso, presidente do MDT – Movimento pelo Direito ao Transporte Público, entidade participante do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, que relatou o desmantelamento institucional da área no governo federal, sua entrega a representantes de interesses empresariais do setor de transporte, esvaziamento de programas com recursos do Orçamento Geral da União, desconhecimento e descumprimento da Lei Federal No. 12.587/12, que institui a Política Nacional da Mobilidade Urbana. E a escassez de recursos destinados ao setor, não obstante iniciativas legislativas em discussão no Congresso Nacional que buscam ampliar recursos especiais destinados à empresas operadoras de transportes públicos que entraram em profunda crise financeira com a expressiva queda de passageiros ao longo da pandemia.
4. No tema do Saneamento Ambiental, a análise foi realizada pelo Eng. Sanitarista Marcos Montenegro coordenador nacional do ONDAS – Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento. A apresentação teve muitos elementos de caracterização comum ao tema dos Transportes e Mobilidade como desmonte institucional no governo federal, inaplicabilidade do marco legal do saneamento básico, escassez de recursos e rarefação dos programas nacionais do PPA – Plano Plurianual do Governo Federal. Porém a ênfase foi no impulso ao processo de privatização dado pela implementação do PL 4.162/19 que praticamente entrega o setor de água e saneamento básico em todo país à iniciativa privada, com destaque para o caso da CEDAE no Rio de Janeiro, que tem estimulado iniciativas semelhantes nas principais cidades brasileiras.
5. Para dar seguimento e aprofundar o debate na perspectiva da elaboração de Resoluções ao Pleno do CNDH sobre ambas políticas urbanas setoriais e seus impactos negativos no Direito à Cidade foi deliberada a convocação dos secretários do MDR – Ministério de Desenvolvimento Regional com atribuições e competências sobre a formulação e implementação de políticas e programas nas duas áreas. A

convocação está prevista para a reunião a ser realizada no próximo mês de Junho.

6. Foi aprovada resolução sobre a necessidade de implementação do Censo Demográfico Brasileiro com realocação de recursos bloqueados em recentes cortes na aprovação da LOA, sobretudo a partir de determinação recente do Ministro Marco Aurélio do STF da imprescindibilidade da realização do Censo para subsidiar a atualização das Políticas Públicas. O texto foi elaborado por mim (representante da ANPUR) e Leonora Mascia (representante da FNA) e aprovado. Já enviado.
7. Foi aprovado por unanimidade o apoio da Comissão à Campanha Nacional contra os Despejos na Pandemia a partir de informes dados por Dito (Benedito Barbosa) da CMP – Central dos Movimentos Populares com respeito às ações e articulações em andamento em todo o país com apoio das Defensorias Públicas. Resolução nesse sentido foi encaminhada ao Pleno do CNDH.

Em 11/05/2021

Benny Schvarsberg